

ATA DA X REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2025

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois e vinte e cinco, deu-se início, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, à X Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado, na sede da Casa dos Conselhos Municipais de Educação, situada à Rua Quaresma Júnior, nº 111, Centro. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação com a participação da presidente Sílvia Lira, da vice-presidente, Mariana Máximo e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Norielem de Jesus, Camila de Oliveira, Sheila Aparecida, Alex de Almeida, Jorge Luiz da Silva, Patrícia Viríssimo, Cristiane Inoue, Marcos Paulo, Martin Sirolli e Andreia Lima. A reunião iniciou às nove horas e trinta minutos, com as boas vindas da presidente do Conselho Municipal de Educação (CME), Sílvia Lira. Ela agradece o momento de estar presente hoje, depois de um período ausente para cuidar de sua mãe. Sílvia apresenta a pauta e solicita à vice-presidente Mariana Máximo que faça a leitura da ata da reunião do conselho pleno de sete de outubro. Mariana procede com a leitura da ata, que é aprovada por unanimidade. Em seguida, Sílvia Lira fala sobre o formulário 1 - formação UNCME/SASE/MEC, que tem como objetivo organizar o perfil e a atuação dos conselheiros em todo o Brasil. O conselheiro Martin diz que iniciou o preenchimento do formulário, mas não conseguiu concluir. Sílvia Lira diz que o CME está instituído em 92 municípios e que somente 244 conselheiros preencheram o documento. Com relação ao XXXIV Congresso Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, que será em Fortaleza, nos dias 26, 27 e 28/11, irão Sílvia Lira e Walquíria - presidente da Cacs Fundeb. Passamos para o próximo ponto de pauta - avaliação do evento da entrega da Medalha Prof. Jair Natalino Espíndola Travassos, no qual Mariana Máximo solicita que os conselheiros avaliem o evento. Sheila diz que não foi possível estar presente no dia da homenagem. Patrícia Viríssimo sugere pedir fotos dos inscritos para facilitar a identificação para a comissão que define a seleção dos agraciados e conclui dizendo que foi um momento bem bacana. Maria das Graças fala que foi um momento de acolhimento. A presidente Sílvia Lira agradece o empenho de todos na organização do evento que concedeu a medalha Jair Natalino Espíndola Travassos. A conselheira Norielem diz que a presença da professora Rita Salomão abrilhou o evento e Mariana Máximo complementa dizendo que essa idéia da participação da professora Rita Salomão foi uma articulação da presidente Sílvia. Alex de Almeida relata que Rita Salomão estava bem emocionada. Sr. Martin diz que foi um evento lindo e que ficou muito feliz. Marcos Paulo chegou às nove horas e quarenta e oito minutos. Sr. Martin declara que ficou emocionado com a medalha recebida pelo Sr. Geninho, pois ele é um anônimo. Segundo o conselheiro, ele é um exemplo de ser humano, que faz um trabalho extra na escola, além de suas atribuições. O conselheiro Martin fala que pensou muito na indicação do Sr. Geninho, juntamente, com a escola. Mariana Máximo diz que a escola precisa ter essa sensibilidade ao indicar alguém e que é preciso enaltecer o CETI E. M. Alberto Torres por essa indicação. Sr. Martin enfatiza que toda escola tem anônimos. Alex de Almeida fala que tudo é um processo e que o fato de poder indicar profissionais da Educação já contempla um público maior. Mariana Máximo comunica que recebemos 19 indicações da rede pública e privada e Sílvia Lira comenta que a

divulgação do evento é maciça por e-mail, por rede social e mídia. Sílvia Lira relata que, inicialmente, seriam ela e Norielem a falar sobre o professor Jair Travassos e elogiar a professora Ana Maris, quando a mesma fez um vídeo sobre ele. Em diálogo com a equipe técnica do CME, Sílvia Lira relata que ficou decidido convidar a professora Neusa Maia e a professora Rita Salomão para falar sobre o professor Jair. Neusa não pôde vir porque já tinha assumido outro compromisso. Mariana Máximo diz que Rita Salomão falou poeticamente do professor Jair e emocionou a todos. Cristiane Carneiro comenta sobre a sugestão de montar um memorial do professor Jair no CMEAR. Alex de Almeida relata que precisamos melhorar duas coisas: pensar em autoridades da sociedade civil para a composição da mesa, pois, diferente disso, o evento pode ser caracterizado como um evento do poder público. Mariana Máximo ressalta que o CME enviou convites para as autoridades, mas alguns não puderam comparecer. Somente o Secretário de Educação havia confirmado presença. Alex de Almeida sugere alguém do Quilombo e da comunidade indígena. A segunda colocação diz respeito à ordem de fala no ceremonial, pois a fala da presidência do CMEAR teria que ser a última, pois o evento é do CMEAR. Mariana Máximo afirma que as colocações do conselheiro Alex de Almeida são pertinentes. Norielem diz que a fala da Camila Maia foi belíssima e Mariana Máximo ratifica, explicando que o CMEAR tem buscado estreitar os laços com a universidade e que a professora Silvana Uhmann, do IEAR/UFF, fará parte da Comissão Avaliadora da Medalha Valéria Rodrigues e que amanhã estará no CMEAR para participar da reunião da referida comissão. Sílvia Lira diz que para a Medalha Ana Maris há três inscritos e para a Medalha Valéria também. Mariana Máximo informa que os projetos não precisarão ser selecionados, pois não tivemos um número grande de inscritos. O número de inscrições para as Medalhas foram, exatamente, as previstas nos editais. Mariana Máximo diz, então, que a reunião das comissões avaliadoras será para validar, referendar, ratificar e apreciar os projetos inscritos e explica, ainda, que a comissão avaliadora da medalha Ana Maris será a mesma da medalha Jair Travassos. A reunião da comissão avaliadora da medalha Valéria Rodrigues será amanhã às nove horas, aqui na sede do conselho, com as seguintes pessoas: Silvana Matos Uhmann - Docente do Instituto de Educação de Angra dos Reis - Universidade Federal Fluminense; Kassiane Pereira Ferraz do Nascimento - Discente do Instituto de Educação de Angra dos Reis - Universidade Federal Fluminense; Jorge Luiz da Silva Nunes - Presidente do Conselho Municipal do Direito da Pessoa com Deficiência; Ezequiel Dias Nascimento - Vice-presidente do Conselho Municipal do Direito da Pessoa com Deficiência. Patrícia pergunta se o evento das medalhas Valéria e Ana Maris será no mesmo dia. Sílvia diz que sim, será dia três de dezembro, às dezoito horas, na Escola Municipal Julio Larangeiras. Mariana Máximo comunica que os representantes da SEJIN acabaram de chegar à convite do CMEAR, o Sr. Paulo Fortunato - Secretário de Educação e a Sra. Fabiane Dutra - Superintendente de Educação. Sílvia Lira apresenta a equipe da SEJIN e Mariana Máximo enfatiza que emitimos ofício à SEJIN solicitando esclarecimentos sobre a parceria entre a Prefeitura e o Instituto João e Maria Backheuser (IJMB), sobre climatização das unidades de ensino municipais e sobre a Resolução SEJIN Nº 029, de 07 de fevereiro de 2025, que estabelece as diretrizes para a avaliação do processo de ensino e aprendizagem nas unidades de ensino do município. Fabiane Dutra diz que, por conta de outro compromisso na secretaria, falará primeiro sobre a parceria João e Maria Backheuser e resolução sobre avaliação. Inicia lendo o Artigo 36 da referida resolução, dizendo que a dúvida deve estar associada ao que consta na letra C deste artigo, sobre emissão de parecer dos professores no COC de Promoção. Fabiane Dutra explica o que está escrito nesse artigo e diz que o sistema avaliativo do município é baseado em notas, num processo cumulativo, no qual o aluno tem que ter, anualmente, o mínimo de 20 pontos. Fabiane Dutra lê o artigo 34 para tirar as dúvidas e enfatiza que a aprovação do estudante se dá quando ele atinge 20 pontos, o que faz com que o professor da disciplina em que ele atingiu os 20 pontos não precise deliberar sobre a

aprovação ou reprovação desse estudante. O que tem gerado dúvidas é com relação à seguinte redação: “Art. 36 O caráter deliberativo é atribuído aos seguintes membros: c) Docente(s) do(s) componente(s) curricular(es) em que o estudante não alcançou o somatório de nota previsto para aprovação - 1 parecer”. Fabiane Dutra cita um exemplo em que o estudante não atingiu os pontos necessários com os professores das disciplinas X e Y e diz que a dúvida é se os professores das disciplinas X e Y chegarão a um consenso e emitirão um único parecer ou se cada professor emite o seu parecer. A resposta é: cada professor em que o aluno não atingiu os 20 pontos emite um parecer. Alex de Almeida diz que alguns professores questionam a forma como está escrito na legislação e sabemos que nenhuma lei é perfeita e que essa situação pode gerar problemas na hora do Conselho de Classe de Promoção com versões equivocadas. Fabiane Dutra responde o conselheiro Alex de Almeida dizendo que haverá três ações para esta situação: reunião com os secretários escolares, assessoria pedagógica com todos os Diretores, e, depois, com os Pedagogos. Nessas três reuniões, a equipe da SEJIN discutirá o artigo, explicando a questão da emissão do parecer pelo professor, evitando problemas com dupla interpretação. Para 2026, a redação será alterada, evitando outras interpretações. Mariana pergunta se alguém tem dúvidas sobre esse ponto. Todos dizem que não. Passamos então para a parceria com o Instituto João e Maria Backheuser (IJMB) e Mariana Máximo solicita que o Secretário de Educação elucide a questão. O Secretário de Educação agradece a oportunidade de diálogo com o colegiado e fala a respeito dessa parceria, mencionando os eixos: formação profissional e contribuição com as práticas de ensino através da Secretaria de Educação. O foco dessa parceria é a alfabetização na idade certa. É como se fosse o SAEB da alfabetização. O Instituto João e Maria Backheuser é mais uma parceria e busca trazer uma inovação para esse processo. Mariana Máximo coloca-se dizendo que essa parceria surge num contexto pós-publicação da Parceria Público Privada pela prefeitura e quando o conselho pleno verificou que a Educação estaria estabelecendo essa parceria, surgiu a dúvida. O Senhor Paulo Fortunato diz que essa parceria é um acordo de cooperação técnica e que não gera nenhum custo financeiro para a prefeitura. Cristiane Inoue chegou às dez horas e dois minutos. Camila Oliveira chegou às dez horas e dez minutos. O Secretário de Educação enfatiza que não há, rigorosamente, nada formalizado ainda sobre a PPP (Parceria Público Privada) com a Educação. Mariana Máximo reforça dizendo que o CMEAR enviou um ofício para a Secretaria de Planejamento pedindo informações sobre a PPP, mas até o momento não obtivemos resposta e agradece ao Secretário de Educação pelas informações disponibilizadas. O senhor Paulo Fortunato diz que não existe absolutamente nada de PPP para Educação e reforça dizendo que modelar PPP não é uma tarefa fácil e que deu seu nome para participar do comitê. Fabiane Dutra relata que o Instituto João e Maria Backheuser vem para somar e qualificar o que estamos fazendo. No momento, estamos na fase do diagnóstico e a partir daí, eles darão o suporte necessário, auxiliando nos processos formativos. A equipe da Sejin precisa ser formada para levar formação para a rede. Os técnicos do instituto estão avaliando o nosso trabalho para propor implementações e cada vez mais ações qualificadas. O nosso município tem material próprio do PAAIC e PAAIC+ que leva em consideração o nosso território. O senhor Paulo Fortunato comenta que dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, Angra dos Reis se destaca, pois somos o município que temos material próprio. Patrícia Viríssimo diz que a construção do material estruturado foi um processo muito rico e o material é bom e de qualidade. Fabiane Dutra afirma que o material do PAAIC e PAAIC+ está sendo atualizado a partir do retorno dos professores e pedagogos. Não é um material estático. A conselheira Sheila diz que, como Docente 1, conhece o material e afirma que o PAAIC não é uma coisa a mais. O Secretário de Educação relata que o material do Instituto João e Maria Backheuser é todo estruturado e, no caso de Angra, nós já temos o nosso. Logo, o material que embasará as formações é, somente, o produzido pela equipe técnica da Secretaria de Educação. Diz, ainda, que o

instituto existe antes do CNCA (Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada) e seu material é padronizado. A conselheira Sheila diz que vê essa parceria com o Instituto João e Maria Backheuser como aprimoramento do PAAIC. Fabiane Dutra concorda e diz que é um aprimoramento dos processos técnicos e que o município não pagou pela parceria com o Instituto João e Maria Backheuser. Nós temos buscado soluções diversificadas e diferenciadas para a educação, diz o secretário. Sheila diz que, como docente, é importante dizer que a parceria é um plus, uma melhoria. Fabiane Dutra diz que na próxima sexta-feira haverá reunião com gestores e a equipe do Instituto João e Maria Backheuser. A conselheira Andréia diz que o nono ano está sendo premiado com passeio marítimo, devido ao SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), e pergunta se o quinto ano terá algum prêmio também por ter participado do SAEB. Andréia diz que os alunos do primeiro segmento reclamam, sempre, pois eles não têm premiação. O Secretário de Educação diz que esse ano não terá premiação para o primeiro segmento. Tivemos que escolher entre Rotas do Conhecimento e a Bienal e escolhemos a Bienal. O orçamento está curto e por isso a necessidade da escolha. Reforça falando que os passeios em 2026 serão pensados de acordo com o orçamento. Fabiane Dutra diz que foi uma escolha difícil. O senhor Paulo Fortunato parabeniza a premiação da Medalha Jair Natalino Espíndola Travassos, dizendo que foi emocionante. Patrícia Viríssimo pergunta sobre o Declan. O Secretário de Educação diz que ainda não tem informações concretas e que irá dialogar com o prefeito sobre esse assunto. Alex de Almeida agradece a participação do Secretário de Educação e da superintendente e enaltece a oportunidade do diálogo e complementa dizendo que ainda tem preocupações e inquietações sobre a parceria com Instituto João e Maria Backheuser, mas que ainda não tem propriedades para discutir nesse momento. O senhor Paulo Fortunato reafirma que essa parceria se atém aos limites que estão no plano de trabalho e não é uma situação de alienação ideológica e não é venda de material. Alex de Almeida complementa relatando que isso já diminui a sua preocupação e que o decreto institui as possibilidades de concessões e PPP e cita a educação. O Secretário de Educação afirma que para a educação não tem rigorosamente nada previsto neste momento com a PPP, inclusive que não sabe quem é o agente modelador. Alex de Almeida fala sobre outro questionamento que é a relação do CME com o governo. O CME é um órgão de Estado, com caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo e o consultivo não tem sido implementado, porque as macropolíticas do governo sequer passam por aqui, nem para informar sobre o que vai acontecer e isso nos incomoda e assusta, pois sabemos pelo site. O CME não participa das articulações. Alex de Almeida faz uma solicitação: que no ano que vem tenhamos uma relação mais próxima, de diálogo, de pensar juntos, que o CME faça o seu papel e que atue na elaboração das macropolíticas. Cristiane Inoue resgata a última reunião da CACs Fundeb, sobre a prestação de contas, onde foi pontuado a necessidade da Sejin ser transparente com o conselho na questão dos recursos e enviar para os conselheiros uma planilha com os gastos do Fundeb de forma detalhada, mencionando quanto se gasta com os programas educacionais, por exemplo, e pede que haja transparência nos recursos que são da Educação, pois o que recebemos hoje é uma prestação muito rasa. O senhor Paulo Fortunato afirma que a CACs Fundeb não deveria ser, apenas, uma câmara do CME, mas, sim, um Conselho. Diz, ainda, que, em Angra, o cargo de Secretário de Educação não é membro nato do CME e se quiser fazer parte, somente, se for pela indicação do governo. Às vezes, a dificuldade de diálogo começa na origem e não no final. O Secretário de Educação fala que não concorda com a conselheira quando esta diz que não há transparência nos gastos públicos e menciona que 100% do Fundeb está direcionado para folha de pagamento. É a prestação de contas mais fácil de fazer, diz o secretário de educação. Diz ainda que a cada quatro meses tem prestação de contas na Câmara de Vereadores. Cristiane diz que quando o CME faz ofícios sobre a Meta 17 e envia para a SEJIN não são respondidos. Secretário de Educação diz que não vai responder, pois eles estão sendo tratados pelo governo como um todo e cita a

Secretaria de Articulação e de Modernização Governamental. Cristiane Inoue diz que o secretário pode atuar na luta da Meta 17 no sentido das informações e mostrar os caminhos. Secretário diz que a condução do processo deve continuar junto a Secretaria de Articulação e Modernização. A reivindicação está no lugar errado, no contexto jurídico errado, segundo ele. A conselheira Cristiane Inoue coloca que essa luta acontece há 10 anos, desde quando o PME foi aprovado e que a vigência do mesmo termina em dezembro deste ano. A categoria de docente 1 quer minimamente que o Prefeito cumpra com a palavra dele, com o compromisso que assumiu com a categoria. O conselheiro Martin diz que a discussão é rica e que ele vai falar a respeito da Escola de Campo em tempo integral, na qual as crianças saem cedo e chegam tarde, não dando tempo para elas fazerem outras atividades. A Escola de Campo Integral precisa de professores de Educação Física e de Artes. A SEJIN precisa dar atenção a isso. O conceito de Escola de Campo Integral é perfeito, mas carece de atividades com profissionais dessas áreas, que não tem no momento. O Secretário de Educação diz que o conselheiro está trazendo uma questão que o Ministério Público e o Governo Federal não concordam. Tudo que acontece de ações no continente acontece também nas ilhas. Sr. Martin diz que com o aumento da carga horária das crianças da ilha, algumas atividades ficam prejudicadas, pois os alunos não têm tempo para realizá-las. O Secretário de Educação diz que tínhamos uma rede irregular e hoje temos uma rede mais padronizada. Antigamente, até 2022/2023, nas escolas insulares, tínhamos um diretor que fazia tudo na escola e hoje nós melhoramos muito as condições dessas unidades. Sr. Martin diz que a Escola da Gipóia está bem na alfabetização e que em nenhum momento questiona o trabalho que lá é desenvolvido e solicita que o secretário não dê bronca na gestora. O Senhor Paulo Fortunato verbaliza que irá dialogar com a gestora da escola e com a equipe de coordenadores para entender como essa dinâmica acontece e quais são os questionamentos e que, em nenhum momento, a conversa será uma advertência. Norielem diz que a multisseriada tem uma metodologia diferenciada e que em nenhum momento isso é motivo de menosprezo. A escola da Gipóia está fazendo um trabalho sensacional. É uma escola viva e conclui dizendo que nem sempre quantidade de profissionais significa qualidade no trabalho. Sr. Martin agradece o canal de diálogo. Marcos Paulo diz que está em dúvida sobre os 100% do FUNDEB: 100% dos 70%? ou 100% dos 100%? Secretário de Educação diz que é 100% dos 100% e complementa falando, com tranquilidade, que a PMAR garante o pagamento de dezembro e o décimo terceiro salário. Com relação ao abono do Fundeb que, geralmente é concedido ao final de cada ano, o senhor Paulo Fortunato diz que hoje não tem resposta. Marcos Paulo diz que foi solicitado que a prestação de contas do FME chegue com antecedência. Mariana Máximo diz que o CME fez essa solicitação no parecer que entregamos à SEJIN, pois são informações com as quais não temos vínculo e temos dificuldade para entender alguns cálculos, por isso a necessidade de chegar no CME com antecedência. Marcos pergunta se os outros funcionários da escola, que não são docentes e pedagogos, irão à Bienal, pois também são educadores. Secretário de Educação relata que precisamos nos ater à legislação. Marcos diz que hoje temos 110 inspetores, mas atuando na unidade escolar somos, em média, cinquenta/sessenta e que os inspetores estão sobrecarregados e com carga horária de 40h semanais. O senhor Paulo Fortunato diz que categoria nenhuma tem essa carga horária de 40h. e comenta que se disponibiliza em conversar sobre valorização profissional com a categoria de inspetores. Marcos Paulo fala da dificuldade de plano de carreira e incentivo à escolaridade, pois não encontramos nenhum curso que seja aceito para incentivo à escolaridade. O conselheiro Jorge agradece a vinda do secretário e resgata a reunião ocorrida em abril com representantes do CME, APADEV, CMDPD sobre a acessibilidade da EMDV. O senhor Paulo Fortunato diz que a obra para acessibilidade ficará caríssima e, devido a isso, estão procurando espaço térreo para abrigar a EMDV e salienta que não descansará enquanto não entregar uma sede nova para a EMDV, dentro das normas da ABNT. Passamos para o tema da climatização.

O senhor Paulo Fortunato diz que estamos com cinquenta por cento da rede climatizada esse ano. Temos uma autorização já prevista para climatização da Escola Municipal Santos Dumont e complementa falando que o Prefeito tem a intenção de climatizar todas as escolas até o final de seu mandato, quando as escolas novas e revitalizadas serão climatizadas. Alex de Almeida afirma que a obra de climatização de algumas unidades já extrapolou os prazos e a quem cobrar? O senhor Paulo Fortunato responde dizendo que pode cobrar à Educação e esta verificará para quem deverá cobrar. Diz ainda que o CME pode pedir atualização do status à SEJIN de como está a climatização. Alex de Almeida sugere atualização do status de cada escola, ou encaminhar ofício para secretaria de obras ou SEJIN e enfatiza a importância da militância sindical na luta pela melhoria da educação em sua totalidade. O Secretário de Educação diz que não tem dúvida disso e continua sua fala parabenizando a Norielem pela dedicação à questão da diversidade étnico, racial, quilombola e indígena e que Angra recebeu o Selo Petronilha e conclui agradecendo a oportunidade do diálogo. Após as considerações finais, a presidente do CME, Sílvia Lira, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Maria das Graças Ladislau, encerro esta ata. Ata lida e aprovada na XI Reunião Ordinária do Conselho Pleno de nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco.